



1
Fu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

**ATA nº: 3 – Terceira Sessão Ordinária
da Assembleia Municipal de Montalegre,
realizada no dia 30 de junho de 2025**

No dia trinta de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1. Tomada de posse do eleito Sr. Eng. José Bento Caselas Dias, em substituição do Sr. Dr. Nuno Alves Pereira.

1.2 – Expediente para conhecimento.

1.3 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 2 da sessão ordinária do dia 29 de abril, do ano 2025.

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.3. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, para a realização do Projeto Cultural Intitulado "Teatro de Futuros: Uma Ponte para (Re) Conectar Gerações" – aprovação;

2.4. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Vila da Ponte, para executar as obras no Edifício da Escola Primária, na Aldeia de Bustelo – aprovação;

2.5. Estratégia Municipal de Saúde de Montalegre 2025-2030 – aprovação;

2.6. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2025. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – conhecimento;

2.7. 3ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – Ano 2025, alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, alteração Modificativa ao Orçamento da despesa, alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – aprovação;



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.8. Relatório & Contas Consolidadas ano 2024 – apreciação e votação;

2.9. Relatório de Contas das Empresas Participadas não Societárias – conhecimento;

2.10. Relatório de Contas das Empresas Participadas Societárias – conhecimento.

3 – Período Após a Ordem do Dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e três membros à exceção de Manuel Carvalho, Ana Francisca Martins, José Manuel Carvalho, João Carlos Rodrigues, Nuno Miguel Pereira, Vítor Carreira, Catarina Gonçalves e Sylvie Costa.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Manuel Carvalho, Ana Maria Martins, Lúcia Jorge e Sylvie da Costa.

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores Jorge Fidalgo, Manuel António Fernandes, José Moura Rodrigues, Sandra Sousa e Fernando Capelas.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou autorização à Assembleia para aditar um novo ponto à Ordem de Trabalhos, sobre o seguinte assunto: “Celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências para as Juntas de freguesia de Cabril, Chã, Covelo do Gerês, Ferral, Gralhas, Morgade, Negrões, Outeiro, Pitões das Júnias, Reigoso, Salto, Santo André, Sarraquinhos, Solveira, Tourém, UF de Cambeses, Donões e Mourilhe, UF de Meixedo e Padornelos, UF de Montalegre e Padroso, UF de Paradela, Contim e Fiães, UF de Sezelhe e Covelães, UF de Venda Nova e Pondras, UF de Vilar de Perdizes e Meixide, UF de Viade de Baixo, Fervidelas e Vila da Ponte – Aprovação”

A Assembleia autorizou o agendamento deste ponto, passando a ter o número 2.2.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1. Tomada de posse do eleito Sr. Eng. José Bento Caselas Dias, em substituição do Sr. Dr. Nuno Alves Pereira.

A Assembleia considerou instalado o membro José Bento Caselas Dias.

1.2 – Expediente para conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

o Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia sobre o expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.3 – Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Manuel Carrelo, José João Moura, Sandra Gonçalves, António Ferreira, António Cascais e Fátima Crespo.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: “João Soares, em nome do Partido Socialista, com assento nesta Assembleia Municipal, vem submeter à apreciação deste órgão autárquico uma proposta de voto de pesar pelo falecimento recente, mais propriamente em 24 de junho último, do ilustre filho de Barroso, Dr. António Gonçalves da Cruz.

Filho e neto de lavradores, nasceu a 25 de março de 1933, na aldeia de Peireses, deste concelho.

Nasceu no campo, cresceu no campo e experimentou as agruras do trabalho no campo, durante os mimosos anos da sua meninice.

Em outubro de 1946, já com treze anos de idade, ingressou no Seminário de Vila Real que frequentou, durante 10 anos, tendo feito percurso os cursos de Humanidades, de Filosofia e concluído o 2º ano do curso de Teologia. Abandonou o Seminário em julho de 1956.

Dotado de uma poderosa voz musical – registo tenor – fazia parte da “Scola Cantorum” Orfeão do Seminário que aqui se deslucou, em maio de 1956, para solenizar a inauguração da Igreja Nova e cantar, pela primeira vez, a Marcha de Montalegre, majestoso Hino do País Barrosão.

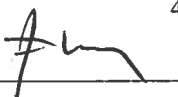
Acabado de sair do Seminário, teve a sua primeira experiência profissional na área da Educação, quando em outubro desse mesmo ano (1956), abre as suas portas ao ensino da região, a Escola Profissional das Minas da Borralha e António Cruz é convidado a dar a sua colaboração na Estabelecimento de Ensino acabado de nascer.

Entretanto, outros rumos se perfilaram na sua vida e resolve fazer a sua formação em Direito, cuja licenciatura conclui em 30 de janeiro de 1965, optando pelo exercício da advocacia.

Os 60 anos de vivência jurídica são marcados por um incansável compromisso com a justiça, com a cidadania, não raras vezes com o altruísmo e, também, com o bem público, sendo em alta medida, pautado pelos valores incontornáveis da ética, da responsabilidade, da competência e da integridade profissional.

Acérrimo defensor dos princípios democráticos, foi fiel porta-voz dos “valores de Abril”: Esperança, Liberdade e Resistência.

Quando, no período conturbado pós 25 de abril até primeiras eleições autárquicas, foi chamado a presidir aos destinos do concelho, como Presidente da Câmara, o Dr. António Cruz, assumiu um papel exemplar de liderança, atento às necessidades da comunidade e empenhado no desenvolvimento do País Barrosão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Em tempos difíceis, é-lhe reconhecido o inegável contributo para a harmonia social, em tudo quanto girava à sua volta, graças à sua delicadeza e trato humilde, à sua compreensão e retidão, o seu amor às causas, ao seu zelo e respeito, à sua simplicidade, à sua atenção aos mais desfavorecidos e, acima de tudo, à sua humanidade.

Com este “voto de pesar”, pretendemos render justa homenagem ao humanista, ao jurista, ao ex-autarca que reconhecidamente, respeitou e prestigiou Barroso e o seu povo! Assinado, o deputado municipal João Soares.”

O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: “Estimado público, representantes da Comunicação social, Senhores presidentes da Junta de Freguesia, Senhores e senhoras vereadores, companheiros, digníssimos representantes da mesa, Sra. Presidente da edilidade Professora Fátima Fernandes: começo por parabenizar a Câmara Municipal ao concluir as novas instalações do SIPAM uma superestrutura ao serviço da investigação e do conhecimento no âmbito do património agrícola mundial e dos prémios de excelência autárquica que conquistou, devo dizer que isso não passou despercebido á oposição e certamente, tão importante como ter qualidade de vida da população, é ter população e com ela o mesmo rigor administrativo e a mesma exigência, mas como não pode deixar de ser, reitero os meus parabéns!

Porque poderei não fazer parte deste hemisfério no futuro, não queria deixar esta legislatura, sem falar, ainda que ao deleve, da ditosa pátria minha amada, que é Vilar de Perdizes, da sua gente dos seus recursos das suas potencialidades.

Vilar de Perdizes que vem do concelho de Ervededo e até ao liberalismo fazia parte da honra de Vilar de Perdizes, juntamente com Solveira e Santo André, com índices populacionais acima dos 1000 habitantes contabiliza hoje como União de Freguesias e segundo o censo de 2021, 463 habitantes.

Em vilar de Perdizes através dos tempos, consolidou-se uma maneira de estar e de viver muito para além do comum espírito barrosão, também pelo privilégio da sua Localização paredes meias com a vizinha Galiza. Os Vilarenses souberam sempre rentabilizar essa fatalidade, promovendo o seu relacionamento com os galegos através de um comércio de sobrevivência praticamente à margem das leis vigentes e da apertada vigilância que as autoridades da ditadura exerciam.

Assim Vilar de Perdizes teve na sustentabilidade das suas gentes:

- 1 - Uma prática de comércio, proibida, mas legitimada pelas necessidades primárias indispensáveis à vida.
- 2 - Pela indústria do pão regional, tal como a mais de uma dúzia de moinhos a água existentes o demonstram e a troca do pão era conhecida.
- 3 - Pela atividade viti vinícola que teve uma significativa importância na economia do barroso. Vilar de Perdizes e outras povoações periféricas chegaram a produzir no termo de Vilar, entre milhão e meio a dois milhões de litros de vinho. Era frequente em tavernas e restaurantes de Montalegre consumirem vinho de Vilar de Perdizes
- 4 - Pelo cultivo da batata e hortícolas e ainda uma diversidade de frutas graças ao clima distribuídas por 25 km², bem como uma atividade agropecuária quanto baste.
- 5 - Muito recentemente pela recolha de plantas condimentares, aromáticas e medicinais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O conceito de Felicidade Interna Bruta FIB, como alternativa ao Produto Interno Bruto, PIB e às contas bancárias assentavam perfeitamente neste modus vivendi, marcadamente rural e feliz por muitos catalogada erroneamente de atraso de vida.

O pior de tudo é que ao fim de 50 anos e á imagem do concelho e até do interior do país, não se construiu qualquer alternativa, a não ser a subsidio dependência. Se possível fosse apurar o rendimento per capita ou a riqueza da maioria dos barrosões ela provem direta ou indiretamente da politica nacional de subsídios e não do trabalho. Mas falar de Vilar de Perdizes é falar de gente guerreira que acredito ter capacidade para, reconstruir esse edifício da felicidade assente nas culturas tradicionais e na introdução de produtos gourmet que crescem bem nas suas terras.

Apontando o caminho ao futuro deixo aqui por convicção própria que as gentes Vilarenses devem:

1) recuperar a tradição viti vinicola, que é o prolongamento do microclima da região demarcada de Monterrey. Dirão alguns que há excedentes de produção nesta atividade, mas para contrapor cumpre-me apontar á qualidade e á raridade de castas que crescem bem no microclima Vilarense e que são motivo de procura por consumidores especializados.

2) apostar, na inovação e introdução de culturas que já se vem experimentando com resultados positivos como a avelã, a amendoeira, a oliveira e o Medronho

3) continuar as culturas tradicionais e hortícolas com registo de produção biológica, tão carentes nos mercados

4) Por a funcionar a Cooperativa de plantas condimentares, aromáticas e medicinais, incompreensivelmente parada desde a sua fundação em 2001

5 - Desenvolver e aprofundar as relações com os vizinhos galegos com vista a projetos agrícolas e culturais comuns de forma a utilizar os fundos do Interreg.

No plano cultural, Vilar de perdizes tem-se demarcado de todo o concelho

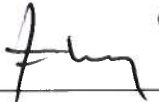
Quase apetecia dizer que a tendência e aptidão para o teatro no barroso nasceu com os vilarenses.

Era tradição exhibir-se em Vilar de Perdizes o Auto da Paixão, Santa Barbara e em Meixide, Dona Inês de Castro, mais recentemente foi possível levar a efeito o congresso de medicina popular, o festival celta do Halloween e o Summer Vilar se bem que foi imprescindível o papel do Padre Fontes, em algumas destas atividades também não é menos verdade que só foi possível concretizá-las pela recetividade que teve nas gentes de Vilar de Perdizes...como reza um princípio comunitarista, "A vida em comunidade nos ensina a importância do cuidado mútuo, da solidariedade e da responsabilidade compartilhada." e foi esta responsabilidade compartilhada com que contou o padre Fontes.

No plano desportivo, o GD de Vilar de Perdizes fundado em 13 de setembro de 1976 no mais genuíno espírito de Abril, é hoje uma organização desportiva credibilizada no distrito de Vila Real, como uma das filiais da AFVR, com mais escolas de formação e atividades desportivas diversificadas, no distrito.

Gostaria de não esquecer aqui o padre Domingos Barroso que para além de grande mérito na arte de escrever, foi médico de família e técnico agrícola dos vilarenses foi o primeiro embaixador de Vilar de Perdizes em toda a Península quicá em toda a europa com a criação do perdigueiro português e voltando ao espírito contributivo de apontar soluções, faço daqui um apelo á junta de Vilar de Perdizes e á própria Câmara Municipal para que façam renascer esta atividade de apuramento da raça "perdigueiro português" em Vilar de Perdizes em colaboração protocolar, com a comunidade



 6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

científica ou com a Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, pois estou certo de que, mais do que levar a efeito a criação de um museu ao perdigueiro, seria uma atividade de rendimento económico, de projeção internacional, muito vantajoso para Vilar de Perdizes e para a região.

Para além do património, religioso, arqueológico, cultural e Festividades é no homem Vilarense que reside o capital mais valioso que existe é nesta valiosa gente de Vilar de Perdizes, acolhedora, hospitaleira e solidária que reside a sua força e confiança no futuro. Como diria Eduardo Galeano a Solidariedade é horizontal, respeita a outra pessoa e aprende com o outro e isto tem muito a ver com os vilarenses.

Faço desta tribuna uma vénia às gentes de Vilar de Perdizes, tiro o meu chapéu e dedico este poema: "Vilar de Perdizes cidade nua": Vilar de Perdizes cidade nua; Vestida com cores do sol posto; De urze e rosmaninho é o seu rosto; Nasce o dia quando vem a noite escura; Andam almas despidas pela rua; De mãos dadas as palavras namorando; Apresa-se amizade em contrabando; Tem guardida toda a estranha criatura; Abrem-se as portas por acolhimento; É-se refém das palavras como escritura; Vê-se por fora o que anda lá por dentro; Reparte-se a pobreza com ternura Transforma-se a tristura em contento; por isto amiga e fraterna, por isso despida e nua; Por Vilar de Perdizes; Por Montalegre; Pelo comunitarismo. Assinado, o deputado municipal Manuel Carrelo."

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

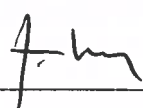
Permitam-me fazer uma breve reflexão, antes de entrarmos na ordem de trabalhos, sobre os resultados das recentes eleições legislativas no nosso concelho. Os dados são claros e difíceis de ignorar: o Partido Socialista sofreu em Montalegre uma derrota significativa, ficando abaixo dos 33% e com uma diferença de 650 votos para a Aliança Democrática. Trata-se, segundo os registos disponíveis, do pior resultado do PS em legislativas desde 1989 — precisamente o ano em que conquistou pela primeira vez a Câmara Municipal.

Sabemos que eleições legislativas e autárquicas têm lógicas distintas. Mas também é verdade que esta queda abrupta de confiança popular não pode ser desvalorizada nem tratada como uma mera circunstância nacional. Nunca se viu uma diferença tão expressiva em Montalegre, e por isso impõe-se uma análise profunda.

É inevitável reconhecer que esta quebra de confiança está diretamente ligada ao processo judicial que envolve várias figuras de destaque do PS local, incluindo antigos autarcas. Com dezenas de arguidos e mais de um milhar de crimes imputados, falamos de um processo que abala os alicerces da democracia local. No mínimo, exigia-se humildade, um pedido de desculpas à população. Mas o que temos assistido é a uma defesa corporativa, marcada por silêncios comprometedores e tentativas de relativizar o escândalo.

Simultaneamente, assiste-se a uma clara fragilidade da atual liderança. Não por falta de esforço pessoal, mas pela ausência de preparação, de rumo estratégico e de autoridade política. A gestão municipal perdeu tração, perdeu controlo e perdeu ligação com os cidadãos. A estrutura política que sustentava este regime parece exausta — e não se renovou.



 7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Acresce que a velha fórmula do “asfalto antes das urnas” já não convence como antigamente. Por mais que se pavimentem caminhos à pressa e se multipliquem adjudicações em ano de eleições, os barrosões percebem que isso já não é solução. Porque o problema é estrutural: falta projeto, faltam empresas, faltam empregos. E falta sobretudo esperança para quem aqui quer viver e trabalhar.

Assistimos ainda ao crescimento de novas forças políticas, como o Chega, que canalizam o descontentamento e obrigam todos os partidos tradicionais a refletir. Concorde-se ou não com a sua linha ideológica, os seus votos são legítimos e devem merecer o mesmo respeito democrático. E importa reconhecer que há preocupações e alguns pontos de convergência, como é o caso da duma política de emigração responsável e do combate à corrupção, que mobilizam todos os que querem um país mais ético e eficaz e que será o maior obstáculo ao desenvolvimento do país e do concelho.

Em síntese, Senhora Presidente, os resultados eleitorais em Montalegre não são apenas um dado estatístico. São um aviso. Um sinal claro de que a população está cansada de um ciclo que se repete, de práticas que se arrastam e de lideranças que já não entusiasma. Montalegre pede mudança. Pede clareza. Pede futuro.

E não estamos apenas aqui hoje reunidos para apontar falhas, mas sobretudo para acender uma esperança — a esperança de que é possível fazer diferente e melhor em Montalegre.

Ao longo dos últimos anos, temos assistido com preocupação ao afastamento progressivo entre a Câmara Municipal e a realidade concreta das nossas freguesias, das nossas famílias, das nossas prioridades. E chegou o tempo de dizer: basta. Montalegre precisa de uma política com verdade, com visão e com respeito por quem cá vive e trabalha.

Antes de entrarmos na ordem do dia, permitam-me levantar um conjunto de preocupações que exigem a atenção imediata desta Assembleia.

Primeiro, começemos por um exemplo recente: a compra do edifício da antiga Serralharia Costa por 237 mil euros — 60% acima do seu valor de mercado, segundo especialistas locais. Esta decisão levanta sérias dúvidas quanto aos critérios de gestão e às prioridades da Câmara. Pergunto: por que razão se descartou o pavilhão municipal, adquirido em 2013 com essa exata finalidade, e hoje arrendado a privados? Pior ainda: instala-se um serviço operativo numa zona residencial, ignorando o impacto na qualidade de vida dos moradores, quando existiam alternativas mais adequadas. Não estamos contra dotar as brigadas territoriais de melhores condições — mas exigimos transparência e eficiência na utilização do dinheiro público.

Em segundo lugar, gostaria de expressar a nossa perplexidade com a disparidade de critérios no apoio ao associativismo desportivo. O projeto Walking Football Montalegre continua sem apoio, enquanto se financia com 4.500 euros uma empresa externa, para promover o RallyCross, um desporto de curta duração que proporciona espetáculo para poucos e desprezo para muitos. Defendemos o desporto em todas as suas formas, mas com prioridade clara para quem está cá o ano inteiro, para quem promove inclusão e saúde junto da nossa população sénior.

Quem se lembra do Festival de Teatro de Montalegre, que trouxe arte, emoção e orgulho ao concelho? Depois de dois anos inspiradores, o silêncio. Desapareceu do calendário e da prioridade. Mas não desapareceu da vontade de quem cá vive. A cultura deve ser estruturante, com programação regular e descentralizada, apoio aos criadores locais e valorização dos nossos equipamentos públicos. Não aceitamos que



 8

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

aquilo que se construiu com esforço e prestígio seja abandonado por falta de vontade política, pois Cultura não é luxo. É identidade. É futuro.

E se falamos de abandono, não podemos ignorar os esgotos a céu aberto em Carvalhais, situação gravíssima, com risco real para a saúde pública. Como é possível que esta situação subsista a 50 metros do largo principal da aldeia, sem qualquer intervenção das autoridades locais? Há demasiado tempo que se trocam promessas por desculpas.

Igualmente, queremos esclarecimentos sobre o contrato de 395 mil euros assinado em 2020 para abastecimento de água e saneamento em Parafita. Já se passaram cinco anos. Está concluído? Foi iniciada uma segunda fase? A população foi ouvida e está satisfeita com os resultados?

Por fim, é impossível ignorar o súbito aumento das empreitadas municipais em 2025 — nos primeiros cinco meses de 2025, a Câmara de Montalegre adjudicou quase sete milhões de euros em obras. Curiosamente, em ano de eleições. Durante anos, o ritmo é lento. Depois, em época de campanha, o alcatrão floresce como milagre de primavera.

Isto não é planeamento. É teatro eleitoral pago com dinheiro de todos nós. E Montalegre merece mais do que manobras de distração. Merece uma política de obras e infraestruturas com critérios claros, necessidades reais e benefícios duradouros.

Senhora Presidente, não estamos aqui para fazer ruído. Estamos aqui porque Montalegre merece mais do que obras apressadas e promessas por cumprir. Merece uma gestão séria, focada nas pessoas e não no calendário eleitoral. Estamos aqui para propor, para fiscalizar e para defender uma política local com valores, clara e com compromisso.

Recentemente, estivemos no Centro de Saúde e na COOPBARROSO, duas instituições que nos enchem de orgulho. É com elas — e com tantas outras — que queremos construir soluções reais: na saúde de proximidade, na agricultura local, no desenvolvimento equilibrado e ambiental do nosso território.

Estamos ao lado de quem se levanta cedo para semear, cuidar, tratar, apoiar. A nossa política é com pessoas, não com anúncios.

Montalegre precisa de uma nova forma de fazer política: com rigor nas contas, foco nas prioridades e respeito pelos cidadãos. Uma política que não seja bissexta, em que não surja apenas no ano das eleições, mas que trabalhe todos os dias com um único objetivo: melhorar a vida de quem aqui vive.

Temos muito por fazer. Mas temos também coragem, compromisso e amor a esta terra. Muito obrigado. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. colegas deputados, caríssimo publico e ademais aqui presentes.

Com o final de mais um ano letivo, chegaram as férias de verão e com elas a preocupação dos pais, onde vão deixar os seus filhos para poder trabalhar?

O programa “Mexe-te nas férias” vem ajudar, no entanto continua com lacunas, que tenho vindo a assinalar, mas infelizmente nem todas são resolvidas. Pergunto se o município tem consciência das dificuldades que os pais das crianças a partir dos 11 anos (que têm de cumprir um horário de trabalho) enfrentam por não ter onde deixar os seus filhos desde o dia 15 de Junho, sendo que as atividades do “Mexe-te nas



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

férias” começam dia 14 de Julho. Em Portugal, a lei não estabelece uma idade específica a partir da qual uma criança pode ficar sozinha em casa, mas é considerado crime deixar uma criança menor de 12 anos sozinha, pois ela é considerada incapaz e vulnerável. A partir dos 12 anos, embora a lei não proíba explicitamente, os pais podem ser responsabilizados em caso de acidentes ou incidentes que possam ocorrer quando a criança está sozinha. E na primeira quinzena de setembro sendo que as aulas podem ter início até dia 15 de setembro? E lamentavelmente, apesar de ter chamado à atenção para esta necessidade, não houve atividades nas férias de Natal nem nas férias da Páscoa.

As atividades devem ser pensadas para resolver estas situações e não apenas quando convém ao município.

De salientar, que no ano transato muitas das atividades do plano não foram realizadas pelo facto do município não ter garantido os meios logísticos e didáticos para a sua realização. Esperemos que este ano cumpram o que planificam, o que já sabemos ser difícil dados os exemplos noutras áreas.

Outra situação impensável é o facto de os encarregados de educação serem obrigados a fazer 3 inscrições, ou seja, de 15 em quinze dias. Segundo me foi comunicado, dá-se por muitas crianças serem inscritas e depois não comparecem às atividades. Pois faça-se cumprir o ponto 5.2 do programa e passo a citar “Os participantes neste programa devem comparecer a 75% das atividades. Serão apenas permitidas 2 faltas injustificadas, sob pena de exclusão no período seguinte.” Se o problema é as crianças não comparecerem nas atividades que impliquem saídas, como consta na alínea M do ponto 7.2 há uma taxa de inscrição no valor de 10€, reembolsável mediante participação na atividade. Mas há ainda a possibilidade de enviar na mochila um formulário para os encarregados de educação preencherem e assinarem tomando conhecimento e autorizarem a saída. Enfim, como veem estas idas ao Ecomuseu têm o seu propósito, não fosse ano de eleições, como é sabido para o partido socialista vale tudo para continuar agarrado no poder tal qual lapa. Mas a falta de competência e humildade em ouvir a oposição não se fica por aqui, as atividades vão começar e apesar de sucessivas chamadas de atenção Salto continua com os parques degradados sem condições para os mais crescidos, muito menos para crianças com 2 anos.

Mas a falta de competência para resolver verdadeiramente os problemas dos municípios não se fica por aqui. O Deputado Nuno Gonçalves da Bancada Social Democrata trouxe a esta assembleia em 2023 uma chamada de atenção para a falta de sinalética nas estradas municipais do Baixo Barroso e o estado de degradação das valetas e do piso de muitas das vias, até agora nada foi feito. Perguntou também se havia intenção de acabar a intervenção da estrada de Amiar – Pereira que já foi paga, mas morreu à porta do cemitério daquela aldeia quando deveria ter acabado no largo da escola primária. Advertiu mais uma vez para o facto de o poste das telecomunicações estar pendurado pelo fio pondo em causa a segurança pública e assim continua há mais de 2 anos. A senhora Presidente não respondeu ao deputado Nuno Gonçalves. Entretanto, tive conhecimento e seria pertinente apurar a verdade, que o município enviou uma notificação a um proprietário de um terreno (onde era suposto a estrada passar, mas não passou por não ter sido acabada) para receber a respetiva indenização de ocupação da parcela do terreno, sendo um munícipe sério não fez as devidas diligências para receber o dinheiro! Isto é lesar os municípios, isto é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

má gestão do erário publico! Quantos casos deste género existem neste município? É esta desorientação governativa que a oposição contesta!

Em ano de eleições andam a fazer remendos, a levantar paralelos onde não é necessário, andaram a abrir estrada para mais uma ponte fantasma enquanto as vias de acesso existente estão num estado deplorável. Temos fossas a céu aberto e aldeias sem rede de abastecimento de água publica. Os serviços municipais são caóticos, licenciamentos parados durante meses. Não há uma estratégia para o desenvolvimento saudável e sustentável do nosso concelho, não sabem como fixar os jovens ou atrair os empresários! O povo deste concelho merece mais e melhor! Precisamos Renovar Montalegre e Honrar Barroso! Certamente faremos muito melhor! Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado António Ferreira disse que esteve para prescindir da palavra depois de ouvir a intervenção da deputada Sandra Gonçalves. Não percebe como é possível que a deputada ainda viva em Montalegre com tudo tão péssimo como a própria descreveu.

Disse que uns madeirenses fizeram uma visita a Montalegre e ele quis retribuir a gentileza de os receber, como eles fizeram aquando da sua visita à ilha da madeira. Foram a vários lugares e todos admitiram que o concelho está muito bem preservado, limpo e asseado. E toda a gente sabe que a Madeira tem a mesma área geográfica que o concelho de Montalegre. Todos ligados ao PSD e todos admitiram que não é fácil e a Presidente da Câmara tem brio no seu concelho.

Alertou para o facto de grande parte dos caminhos agrícolas não estarem transitáveis. Disse ainda que espera que à antiga residência de estudantes, à casa dos magistrados e às casas que eram do Ministério da Agricultura não lhe aconteça como às casas da floresta. Espera que se lhe dê um final feliz.

O deputado António Cascais sublinhou um assunto que lhe suscitou alguma curiosidade e gostaria de ter alguma explicação da parte da Câmara, se efetivamente isto merecer explicação: prende-se com o PRR. É constante nas várias listagens de utilização do PRR, nomeadamente em projetos aprovados, projetos contratados e reunidos, seguido, ver que Montalegre ocupa sempre, tristemente, os últimos três lugares, da tabela, no contexto dos distritos de Vila Real, 14 concelhos, na listagem de contratos aprovados e contratos contratados do PRR. Isto suscita-me alguma curiosidade porque são valores e diferenças abissais. Se Montalegre tem contratos aprovados no valor de 3.600.000 euros, compara, por exemplo, com concelhos de dimensão inferior, com quase 10 milhões de euros. Com Boticas, 4.600.000 de euros. Chaves, embora de outra dimensão, com 50 milhões de euros. Valpaços, 5 milhões e tal de euros. Portanto, é uma diferença abismal. E no contexto distrital, então, se formos ver, Alijó, com 11 milhões de euros. Vila Real, 160 milhões de euros, Mondim de Bastos, 8.500.000 de euros. E por aí adiante. Os números estão na plataforma do PRR.

Não sabe se é falha dos serviços, falta de vontade em fazê-lo, falta de liderança da gestão, ou qualquer outro assunto relacionado com este assunto que nos leva para valores tão exíguos na execução do PRR e nas candidaturas efetuadas. Montalegre bem precisava desta injeção de capital. Há uns anos, a senhora Ursula Von Der Leyen veio trazer o cheque ao António Costa e falou na bomba atómica para o desenvolvimento do concelho. Daí surgir esta curiosidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmas. Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados, caríssimo público.

Na ata que acabamos de aprovar, há um parágrafo do deputado José João Moura que passo a citar: “Acredito que a política deve ser um espaço de construção e não de destruição onde as ideias e os valores prevaleçam sobre ataques pessoais ou estratégias de desinformação.” Ora, encaixa aqui na perfeição um discurso no Facebook do Sr. Professor Carvalho de Moura utilizando como tema a Feira de Nanterre onde enumerou uma série de inverdades que não ficam bem a quem, como o professor já frequentou.

Classificou a feira como degradante, cancro que esvazia as arcas municipais, autentica palhaçada, uma comitiva diferente da dos outros municípios à qual se juntam outros arrivistas à custa do erário público (de nós todos) que se refastelam em comezainas.

Pois bem, no grupo dos arrivistas, a que eu pertenço, porque já fui várias vezes a Nanterre sozinha e acompanhada por familiares, fique a saber que fui sempre e continuarei a ir a expensas minhas e faço-o com o maior gosto e entusiasmo.

Os emigrantes vibram com a presença do executivo que os representa. São momentos de verdadeiro convívio e confraternização num ambiente de alegria, carinho e gratidão da parte de quem nos recebe.

O nosso município prima sempre pela forma positiva, são estas as opiniões que ouço de muita gente.

A voz de Montalegre ouve-se bem e é motivo de muito orgulho.

Para cúmulo dos cúmulos foi evocar a memória de Marcelo Caetano, terminando o seu discurso de campanha com a intenção de humilhar a Senhora Presidente da Câmara, Dra. Fátima Fernandes, intitulado-a de “D. Fátima do emblema” pondo em causa o português de alguém formada nessa matéria. O que é isto? Vale tudo em política?

A Dra. Fátima Fernandes pela sua coragem, pela sua garra, pela sua ousadia, determinação e pelas provas dadas no desempenho das suas funções governativas, merece o respeito de todos os munícipes independentemente da cor política de cada um.

Não esteve bem professor! Todos temos direito de fazer as nossas críticas, mas façamo-lo com verdade, elevação e dignidade. Tenho dito. Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo.”

O deputado João Soares, em representação da bancada do PS, apresentou uma proposta de “Voto de Pesar” pelo falecimento do Dr. António Gonçalves da Cruz.

A bancada do PSD associou-se à referida proposta de “Voto de Pesar”

O deputado Acácio Gonçalves pediu a palavra e no uso da mesma solidarizou-se com o “Voto de Pesar” pelo falecimento do Dr. António Gonçalves da Cruz e apresentou, em representação da bancada do CDS, a seguinte proposta de “Voto de Pesar” pelo falecimento do Sr. Augusto Alves Pereira de Medeiros: “O Grupo Municipal do CDS/PP



 12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

propõe a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Alvarez Pereira de Medeiros que foi residente nesta Vila e Concelho de Montalegre.

O Sr. Augusto Medeiros nasceu dia 20/05/1932 e faleceu em 30 de abril do corrente ano com 92 anos, tendo ao longo da sua vida desempenhado vários cargos em empresas privadas como funcionário, tendo granjeado amizades nomeadamente na Hidroelétrica do Cávado e Rabagão (HICA) que perduraram ao longo da sua vida.

Na função pública como técnico na área tributária ao serviço da Direção Geral dos Impostos, colocado no quadro da Repartição de Finanças do Concelho de Montalegre onde desempenhou vários cargos, nomeadamente na área da chefia.

Na vida social da Igreja sempre pôs ao seu dispor a devoção e a aprendizagem que deteve nos anos de Seminário como católico convicto e frequentador habitual da Igreja.

Na sua vida política e humanitária como ativista, desempenhou cargos políticos a nível concelhio, distrital e regional, sendo sempre uma referencia nos hotes da Aliança Democrática e colaborador próximo dos Bombeiros Voluntários de Montalegre com o seu grande amigo Augusto Morais na grande obra desta instituição, reconhecido como um homem de paz e digno do seu amigo.

Natural do concelho vizinho de Boticas – Vilarinho Seco, a sua vida esteve sempre ligada ao concelho de Montalegre, embora não esquecendo o berço da casa da mãe onde desenvolvia uma atividade empresarial com os seus irmãos e primos.

Quem teve o privilégio de privar e trabalhar com o Sr. Medeiros, notava mais profundo respeito e admiração de todos os barrosões.

Pelo exemplo que nos deixa como pai exemplar das suas duas filhas e marido extremos da professora D^a Cândida, propõe-se a esta Assembleia Municipal que aprove o presente voto de pesar pelo seu falecimento, manifestando à família enlutada as maiores condolências. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Venho aqui em defesa da honra pois foi visado uma pessoa que me é muito grata, e pessoal e cujas insinuações não pactuam com a verdade. Antes de mais agradeço à Professora Fátima Crespo a publicidade gratuita ao jornal Noticias de Barroso, uma voz independente do concelho de Montalegre, que no seu canto de isenção jornalística, publica cartas que lhe são enviadas, e neste caso a professora Fátima não leu corretamente o artigo, uma vez que foi uma exposição enviada por um emigrante que reside na Suíça. Concorde-se ou não, a professora Fátima pode contestar o conteúdo nas instâncias legais, conforme diz a lei, mas penso que nós os eleitos locais temos assuntos mais importantes para debater do que artigos de jornais. O PSD nunca o fez nem irá fazer, vir aqui a esta assembleia e a este órgão deliberativo discutir os artigos publicados pelo jornal alimentado pelo Partido Socialista. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

A Senhora Presidente da Câmara respondendo a todos os interpelantes, disse que a honra muito ter um emblema e ter um lema, que são sinónimos. Quando se utiliza o termo emblema, é para enfatizar ainda mais o conceito. Um emblema é uma coisa que se põe ao peito. Portanto, a minha terra é o meu emblema, porque não é só o objetivo primordial da minha atuação, mas também é aquilo que eu exibo com orgulho, com denodo e com paixão. Agradece que pretendam sempre ensina-la, porque não sabe tudo e aprende todos os dias, mas neste caso aprendeu pouco. As pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

prenderem-se ao significado das palavras, é de quem não tem mais nada para dizer, mas é uma boa forma de chamar a atenção.

Sobre as eleições legislativas, disse que foram o que foram, e, portanto, não há muito a dizer sobre elas. O PSD ganhou, parabéns ao PSD. Mas aquilo que deve preocupar a todos é efetivamente aquilo que aconteceu, não só em Montalegre, mas no país todo e que acompanha a tendência de muitos outros países, designadamente na Europa.

Os partidos que têm a sua matriz no 25 de Abril, que foram construtores do 25 de Abril e da democracia deviam preocupar-se um bocadinho com a qualidade desta nossa democracia. Objetivamente, e não pondo em causa o julgamento que as pessoas fizeram e a escolha que fizeram, deve preocupar toda a gente saber porque é que vota num partido sem conhecer o programa desse partido, sem conhecer os deputados que são apresentados por esse partido, e, assim, votam numa única pessoa. Parece-lhe que é pouco. Enquanto partidos responsáveis, devíamos preocupar-nos com isso. Montalegre foi um dos concelhos onde houve melhor resultado, neste caso para o Partido Socialista. O Partido Socialista foi muito penalizado pelos votos do Chega e assume isso. E é uma questão que obriga a refletir porque é que isso aconteceu.

Quanto às obras antes das eleições e que servem como propaganda como dizem alguns, disse que as obras são sempre feitas ou antes ou depois de eleições. No ano de 2024, por exemplo, em obras em todas as freguesias do concelho, investiu-se mais de 5 milhões de euros, um investimento muito significativo. Agora, porque os procedimentos foram mais céleres e porque, se calhar, há uma maior segurança e porque há mais experiência, já vão em mais de 6 milhões. E para o ano ainda se vai fazer mais. Disso também não há dúvida rigorosamente nenhuma. E vamos continuar a fazer obras antes das eleições e depois das eleições, depende tudo da perspetiva. Só se fazem as obras que são demandadas pelas pessoas, respondendo às suas necessidades e aos seus anseios. E depois, mais uma vez, aí está o discurso do bota abaixo porque não são obras bem-feitas, como se se tratasse apenas de pintar estradas ou pôr um paralelo que não faz falta. Bem, são obras reivindicadas pelas pessoas porque há necessidade, mas, há pessoas que não veem e lamentamos isso profundamente. Quanto às eleições, o futuro a Deus pertence, vai-se continuar a trabalhar para ganhar e, portanto, será esse o seu foco, o seu lema e o nosso emblema. “E não vamos precisar de denegrir ninguém, nem de ter esta política do bota abaixo, de dizer que está tudo mal”, disse. Dizer-se que há uma grande distância entre a Câmara e as Juntas de Freguesia é continuar a iludir-se. As juntas de freguesia têm toda a atenção da Câmara e também os senhores presidentes, fazendo a sua obrigação que é interpretar e ouvir os seus fregueses, chegam aqui e dizer que faz falta o arruamento ali, faz falta o betuminoso acolá, faz falta a água e nós vamos a todo lado, Presidentes de Junta e Câmara, independentemente do partido a que pertencem.

Sobre o edifício para acolher a Brigada de Salto, já se ouviu tantas coisas relativamente a esta matéria que até está expectante para ver o que a imaginação hilariante de alguns vai construir. Em primeiro lugar, as avaliações não são avaliações locais. As avaliações fazem-se de forma séria, são feitas por entidades credenciadas que é assim que compete, porque, se não, não são sequer aceites. Mostrou um relatório de avaliação, feito pelo perito avaliador, engenheiro Carlos Alberto Fidalgo Santos, engenheiro civil da Bolsa de Peritos da Ordem dos Engenheiros, e, disse que, esta avaliação foi feita por gente credenciada e no âmbito de quem tem a competência para fazer esta avaliação pelo valor de 237.532,55 euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não percebe que os senhores deputados não se questionem porque é que uma brigada situada na maior freguesia do concelho, brigada que faz serviço em todo o Baixo Barroso, não tem instalações próprias ao longo de muitos e muitos anos, estando a ocupar uma garagem cedida pela junta de freguesia. Portanto, isso não interessa, não se questiona isso. Se é legítimo, se cumpre a sua função, isso não lhes interessa, portanto, não se fala sobre isso. Mas, fala-se sobre a compra de um imóvel, que, dizem não fazia falta. O argumento é estranho dizer-se que havia lá outro edifício que podia ser utilizado e não este. Mas não dizem que esse edifício está a ser utilizado pela Enercom, foi alugado, pela Câmara há muitos anos, logo após a sua construção e porque supriu essa necessidade de uma empresa que cria postos de trabalho no nosso concelho. Se se pretende que se desaloje a empresa e criar problemas a quem cria postos de trabalho, para se por lá a brigada de Salto, não lhe parece que seja legítimo e, portanto, isto é tudo uma questão de análise, de avaliação e legitimidade para fazer isso é quem gere. Podem continuar a dizer aquilo que entenderem, até dizer que é numa zona residencial, mas tem graça pois enquanto lá funcionou uma serralharia, que até podia provocar algum ruído, nunca se levantou essa questão.

É um espaço que vai ser utilizado para acolher a brigada e toda a maquinaria que tem estado, ao ar livre e sem proteção e que ali vai ser colocada. Depois, ainda bem que falam do Walking Football, que inclusivamente foi um assunto politizado de tal maneira que até a Junta de Freguesia resolveu pôr na sua página de Facebook, críticas infundadas. Verificou-se que a Junta de Freguesia teve a preocupação interessante, e que a Câmara subscreve, de dar visibilidade a este assunto. Então, se é para dar visibilidade, vamos dar visibilidade ao assunto com a verdade. A Câmara de Montalegre recebeu um pedido de apoio da Associação Walking Football, pedido esse que foi aceite, desde que a Associação estivesse regularizada porque isso é obrigatório, coisa que não aconteceu, como é que é possível que alguém que pugna tanto pela transparência, pela legalidade, venha, de algum modo, instigar a que se cometa irregularidades? Pois, isso não aconteceu. No dia em que esta Associação estiver legalizada, ou seja, tenha os estatutos aprovados, tenha o plano de atividades aprovado, tenha a situação tributária e a segurança social regularizada, esse apoio virá à reunião de Câmara e será atribuído, como é feito a todas as associações a quem se dá apoio. Esta não é diferente de nenhuma delas. Não foi negado apoio nenhum a esta Associação. Antes, pelo contrário, foi assumida a disponibilidade para terem esse apoio. Portanto, está nas mãos da Associação fazer aquilo que é suposto fazer-se e que é obrigatório fazer-se. Depois dizer-se que a Câmara de Montalegre não apoia o desporto sénior, não há nada mais errado. O acesso à natação, à hidroginástica, ao ginásio de forma gratuita é uma forma de apoio. Terem a disponibilização de todos os equipamentos de forma gratuita é uma forma de apoio. Ter uma funcionária a dar apoio não só apoio no Walking Football, mas também em Juntas de Freguesia, com a permissão da Câmara, também é uma forma de apoio. Mas há outro funcionário que vai às juntas de freguesia também promover a prática desportiva. Portanto, o que está à vista não carece de candeia, dizem os nossos antigos e estamos esclarecidos relativamente a isso.

O Festival de Teatro foi substituído por uma agenda riquíssima e variada de diferentes tipos de espetáculo que se prolonga ao longo do ano. E desafia-se qualquer um dos presentes a fazerem a comparação entre aquela que é a agenda cultural de Montalegre e as agendas de cidades maiores ao longo do ano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre Carvalhais têm toda a razão, mas há que dizer que Carvalhais é uma daquelas aldeias, além de mais 29 ou 30, que não têm água pública porque a população entende que foram eles que fizeram a exploração e, portanto, não querem contratos. É uma situação que, paulatinamente, se está a tentar resolver e o mesmo acontece com saneamento. À revelia de tudo aquilo que era suposto acontecer, que ainda nos falta apurar, por isso mandamos a fiscalização para apurar o que é que se passou, houve ali uma intervenção grave, não se sabe por quem, mas vamos aferir e vamos resolver. Efetivamente, este concelho é muito grande e às vezes nós não temos conhecimento de tudo aquilo que acontece e de algumas irregularidades que às vezes se vão verificando. A nossa missão e a nossa obrigação é atuar em conformidade e assim faremos.

Levantar novamente a suspeição em tantas matérias, designadamente a água a Parafita, e vir, novamente e publicamente, com insinuações de que se iniciou um procedimento há não sei quantos anos atrás e que não teve conclusão nenhuma, nem se sabe sequer o que aconteceu, isto não é sério. Houve um procedimento para a rede de água a Parafita, primeira fase, é assim que está identificada essa empreitada, e a empreitada teve o seu início, teve o seu desenvolvimento e teve a sua conclusão. e foi feito aquilo que era suposto fazer. Portanto, quanto à água a Parafita, primeira fase, foi feito o procedimento, foi feita a obra, está concluída. Vem agora a segunda fase, vai ser lançado agora concurso, na próxima reunião de Câmara, para intervir noutra zona.

O concelho está praticamente todo coberto com rede pública e toda a gente tem água. A Câmara não se exime às suas responsabilidades e, portanto, faz análises mesmo nas localidades onde não há rede pública. Paulatinamente, vai-se resolver. Também é tema a questão dos saneamentos para todo o lado, como se fosse possível termos saneamentos em todas as nossas aldeias. São promessas que não se devem fazer, que são populistas e demagógicas. Não podemos tratar zonas rurais do mesmo modo que se tratam zonas urbanas. Tem que se servir o maior número de pessoas. As pessoas estão servidas por fossas. Aliás, é obrigatório no âmbito do urbanismo. Zonas populacionais mais densas vão ser cobertas com fossas comunitárias. E anda-se a fazer vários desses procedimentos para, paulatinamente, poder-se dar essa resposta, como é o caso de Parafita, Padornelos e Donões.

O Centro de Saúde e a Coopbarroso orgulham-nos muito. Servem as pessoas naquilo que é essencial na nossa terra, a saúde ou a atividade agrícola do nosso concelho. Deu os parabéns a Vilar de Perdizes por ser uma comunidade dinâmica e pela sua gente e as suas associações fazerem por si, terem visão, terem estratégia e também saberem honrar quem tanto por eles faz, designadamente o padre Fontes, que é um farol que a comunidade sabe honrar e sabe seguir. Das palavras da senhora deputada Sandra Gonçalves, parece que assistimos a um comício. Até estava à espera que alguém batesse palmas. Voltou a falar no "Mexe-te nas férias". Enfim, não seria a deputada Sandra Gonçalves se não falasse neste programa. Até se estranharia. Tem que se dizer à senhora deputada que todos os casos que, comprovadamente, não tenham retaguarda familiar serão atendidos, caso a caso. Mas, temos de ter um princípio e tem que haver normas e isto já decorre de muitos e muitos anos de experiência porque estes programas não foram criados agora, ao contrário do que diz. Foram sendo aperfeiçoados ao longo dos anos, decorrendo da identificação das necessidades. Daí é que vem esta obrigatoriedade de haver inscrições para a quinzena. Para que, de algum modo, os pais percebam aquilo que também é a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

responsabilidade. Se inscreveram os seus filhos, é porque consideram que este programa é importante para eles e, portanto, devem fazer tudo para os lá levar. Não só nas atividades que se vai para fora, mas também naquelas que se realizam por cá. E justificar as ausências, porque isso faz parte da prática normal. Haja o respeito de, pelo menos, haver, uma justificação e que não aconteça de os técnicos estarem à espera dos meninos e eles não apareçam.

Não é admissível que diga que houve atividades que não foram desenvolvidas por falta de logística da Câmara. Nunca aconteceu de não haver atividades para os meninos. Há aqui um pensamento distorcido que não lembra o Diabo. Pensar-se que se puseram as inscrições à quinzena porque queremos que as pessoas vão ao Ecomuseu é uma coisa que não lembra o Diabo. “Não sei o que haverá no Ecomuseu de tão extraordinário que seja importante as pessoas irem ao Ecomuseu. Não sei, não faço ideia”, disse.

Quanto à intervenção entre Amiar e Pereira, disse que se estão a realizar os procedimentos que têm de se fazer. O problema do posto de comunicações já foi reportado e deve de ser arranjado por empresas de comunicações que é quem tem a responsabilidade de arranjar os postos. Vamos continuar com foco naquilo que interessa que é dar resposta aos munícipes e responder àquilo que é a nossa obrigação. Ninguém tenha a presunção de pensar que se pode fazer tudo em todo o lado ao mesmo tempo. Isso é impossível. Portanto, paulatinamente, chegamos a todo o lado, mas não pode ser ao mesmo tempo. Ao deputado António Ferreira, disse que os caminhos agrícolas são da competência ou dos baldios ou das Juntas de Freguesia, não é da Câmara. Damos o apoio, mas os caminhos não são da nossa competência. Relativamente às casas que referiu, são património do Estado sem utilização. Houve algumas que já foram pedidas para se desenvolverem lá alguns projetos. Não podem ser vendidas porque continuam no âmbito do Estado. A única maneira de termos esse património do nosso lado é desenvolver projetos para aí serem alocados. Há alguns projetos pensados para aí.

Sobre o PRR, disse que a Câmara de Montalegre tem dois grandes projetos neste âmbito: a obra do Centro de Saúde, no valor de um milhão e duzentos mil euros, e o Primeiro Direito. Relativamente ao programa de Apoio à Habitação, designado como Primeiro Direito, a Câmara ajudou os privados a fazer as candidaturas. As candidaturas para as casas, foram da responsabilidade da Câmara. Só os orçamentos é que foram da responsabilidade dos privados. Algumas casas já foram intervencionadas. Há um problema grave para os empreiteiros, porque, quando caiu o governo, este programa estava em marcha, mas o novo governo entendeu fazer remodelações no IHRU, que é a entidade que gera este programa. E, portanto, os pagamentos ficaram todos suspensos. Houve empreiteiros que acabaram a obra, mas, ainda não receberam. Com as casas da Câmara, acontece exatamente a mesma coisa porque se fizeram candidaturas a diferentes casas, adquiriu-se uma série de casas nas aldeias, casas devolutas para serem intervencionadas e para servirem pessoas que são casos sociais e para não as desenraizar. Houve outras câmaras que tiveram outras soluções, quiseram fazer prédios sociais que já estão concluídos. Nós entendemos que não devíamos fazer isso, uma vez que já há prédios sociais no âmbito do legado Albino Fidalgo. Aquilo que acontece é que ainda não vieram as aprovações para avançarmos com a obra. Neste caso, só houve três casas em que temos já a decisão. É uma em Ormeche, uma em Montalegre e uma em Salto. De



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

todas as outras 12 candidaturas, ainda não temos a decisão de aprovação e não se pode avançar com elas.

Só a isto é um investimento de mais de 4 milhões, portanto, os valores a que o deputado António Cascais se refere desconhece que valores são esses, porque somando as Casas do Primeiro Direito, ao Centro de Saúde, o valor seria substancialmente maior quando aprovados.

Sobre a Feira de Nanterre já se falou e muito e já têm conhecimento que a Câmara única e simplesmente paga o bilhete aos Presidentes de Junta de todos os partidos e à Senhora Presidente da Câmara, portanto, não há aqui uma questão ideológica.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados José João Moura, António Cascais e Sandra Gonçalves.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Vou tentar não ser muito bota abaixo como insinua a Sra. Presidente de Câmara acerca das intervenções do PSD e pedir assim um esclarecimento técnico acerca do ponto que foi adicionado à ordem de trabalhos por votação por este quórum por unanimidade na questão da limpeza de caminhos a delegar para as juntas de freguesia. Com este acordo interdisciplinar entre as duas instituições a câmara municipal seria beneficiada por uma execução deficitária conforme referida por membros desta assembleia do Partido Socialista. Relativamente à compra da serralharia em Salto por valores inflacionados, o PSD fica mais uma vez perplexo com este comportamento de agência imobiliária. E relembro aqui um caso semelhante, como a casa da direção das Minas da Borralha, adquirida também pelo município por valores acima do mercado no mandato anterior e que até à data de hoje ainda não se fez rigorosamente nada, continuando devoluto. Com este comportamento, todos os presentes nesta assembleia, possuem palheiros, cortes e outros imóveis e de certeza que estão disponíveis para os vender ao município por valores desta dimensão. E constatamos, depois das suas palavras Sra. Presidente, que após 50 anos da revolução de abril e de 39 anos na entrada na UE, ainda há 30 aldeias sem água e saneamento, pois são obras que não se veem, não dão votos. É caso para dizer que o saneamento e a água em Montalegre andam a conta gotas. Ou seja, mais um rol de promessas que vão passar a desculpas. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

O deputado António Cascais disse que não queria levantar questiúnculas desnecessárias. É evidências. Se a senhora não percebeu bem, provavelmente não se expressou da melhor forma e pediu desculpa. Também assumiu que não percebeu bem a resposta dada pela Senhora Presidente. A questão é esta: consultando o portal relativo ao PRR, nos contratos aprovados e nos contratados e nos valores pagos, aparece tudo lá discriminado. Foram feitas candidaturas e foram aprovadas e não ficou despercebido a circunstância de vermos que Alijó tem 11 milhões de euros, que Ribeira de Pena tem 10 milhões de euros e Mondim de Basto com 8 milhões de euros. Tudo concelhos inferiores aos nossos. E depois verifica-se que Montalegre tem apenas 3,6 milhões. Quer perceber se haveria alguma razão para isso. Ou se há necessidade de afinar a máquina burocrática e administrativa para o tratamento destas coisas. Para não falar de candidaturas, 9 delas abaixo de 5.000 euros terá todo o cabimento, mas até fico espantado, com candidaturas no âmbito do PRR de 1.200



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

euros, de 1.300 e coisas do género. Mas, globalmente, é esta a questão que eu queria esclarecer.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Em primeiro lugar parabenizar nossa deputada Francisca Martins, acabei de receber a notícia que o seu Guilherme já nasceu, mas infelizmente é mais uma das muitas crianças que não irá viver no nosso concelho por continuarmos a não reunir condições para os nossos jovens se fixarem cá.

Respondendo mais uma vez à pergunta que me foi dirigida pelo deputado Ferreira, ainda vivo neste concelho porque sou resiliente e persistente, e felizmente não dependo da política nem dos políticos para viver, caso contrário seria mais uma a ir embora. Há uma imensa dificuldade de compreensão por parte da bancada socialista em perceber o que aqui é exposto pela bancada social-democrata. Trazemos problemas reais que afetam a vida dos munícipes, trazemos soluções, mas a prepotência socialista é tal que não ouvem, querem apenas elogios. Lamento informar mais uma vez, que não nos compete tecer elogios nem bajular. Estamos aqui para fiscalizar, escrutinar e contribuir com soluções.

Senhora Presidente eu não disse que no ano passado não houve atividades no mexe-te nas férias, disse que deixaram de fazer certas atividades programadas por falta de material didático que a câmara não providenciou atempadamente, a ver se a gente se entende.

Quanto à brigada de Salto, pelo que vejo a senhora presidente não sabe (já é habitual) e passo a explicar para não continuar a dizer inverdades.

Primeiro, o imóvel em causa estava à venda há vários anos e para haver transparência quanto ao valor do imóvel que a câmara adquiriu teria de apresentar não um, mas nos mínimos 2 relatórios de avaliação. Além de ser inconcebível adquirir um imóvel para a brigada devido à movimentação de máquinas, ruídos, ocupação de parque, entre outros no meio de uma zona residencial.

Mas voltando lá atrás, se a brigada está em condições precária há vários anos é graças ao partido socialista, a câmara adquiriu o pavilhão onde está a Enercon em contornos muito peculiares para abrigar a brigada de Salto. O proprietário (construtor) teve uma empresa de venda de bebidas cerca de 2 anos e que acabou por encerrar a atividade. O pavilhão esteve à venda vários e a precisar de intervenções profunda no pavimento interior e fachadas. Após a aquisição, a brigada de Salto efetivamente esteve lá 6 meses e saiu novamente para fazer as obras necessárias e nunca mais voltou, pois, o pavilhão foi alugado à Enercon quando existiam outras soluções de privados para a mesma se instalar na zona industrial de Salto. Isto é o reflexo da falta de competência de gestão deste executivo socialista que afeta diariamente funcionário camarário e munícipes.

A Senhora Presidente vem aqui dirigir-se aos deputados da bancada social-democrata com ironias para dar a volta aos assuntos e descartar-se das suas responsabilidades. Expomos problemas, questionamos que providências ou não vão tomar e tem o direito de responder ou não. Eticamente e dado o cargo que ocupa fica-lhe muito mal ironizar e desdenhar os problemas que os munícipes enfrentam e mais, como presidente deve prestar contas da sua gestão e consequências da mesma a esta assembleia. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Presidente da Câmara respondeu a todas as questões colocadas por todos os intervenientes, dizendo que os contratos interadministrativos que vêm aqui a esta Assembleia refere-se à limpeza nas aldeias e é um procedimento que já vem de trás. É um subsídio que se atribuí às Juntas de Freguesia para proceder a essas limpezas. Aquilo para que o deputado António Ferreira aqui chamou à atenção foi os caminhos agrícolas, que é completamente diferente. Os caminhos agrícolas não são competência da Câmara, são competência dos baldios e das Juntas de Freguesia.

Sobre a casa da Direção das Minas da Borralha, disse que tem toda a razão pois foi adquirida, ainda não tem escritura por circunstâncias administrativas várias, para que se possa dar a finalidade que entendemos.

Desafiou qualquer pessoa a dizer que promessa é que ela fez e que não tenha cumprido. Portanto, isso é um princípio que tem para si na sua vida e na função autárquica também. Aquilo que promete, cumpre.

Sobre o canil, disse que, como há novo governo, vai novo ofício para o novo Sr. Secretário de Estado das Florestas para pegar no dossier que os seus antecessores já lá têm há um ano, para poder fazer o despacho e mandar publicá-lo no Diário da República. Só após esse despacho do Sr. Secretário de Estado e da publicação no Diário da República se pode começar a obra.

Sobre a creche, disse que o concurso vai ser lançado, pensa que brevemente.

Trata-se de uma matéria que foi desenvolvida pela Associação Borda d'Água, mas tem conhecimento que já tem os pareceres que faltavam da Segurança Social. As pessoas têm que ter a noção que às vezes as respostas não dependem da nossa vontade, depende de entidades exteriores, Todos os equipamentos sociais, e nos termos dos avisos do Portugal 2030, obrigatoriamente careciam de parecer. A Segurança Social, durante meses e meses, não emitiu qualquer parecer porque dizia que não era da sua competência e não iria emiti-los. Começaram a emitir esses pareceres agora. Ora, na posse desse documento, a Associação vai estar em condições de fazer o procedimento de concurso para que a obra se inicie. Isto de se pensar que as coisas são feitas assim em cima do joelho e que em 15 dias, ou um mês, ou dois, ou três, em termos da contratação pública, ou do Portugal 2030 está tudo resolvido, é uma ignorância. É preciso aprender-se mais.

Sobre a intervenção do deputado António Cascais disse que os números por si apresentados têm a ver com as intervenções nas Casas do Primeiro Direito, partindo da identificação que foi feita na Estratégia Local de Habitação. Os serviços sociais da Câmara Municipal fizeram, já há uns anos, quando se iniciou este programa, uma vistoria às casas e às famílias do concelho, identificou as famílias que viviam em condições indignas e que não tinham rendimentos para viver de outro modo, foram identificados todos os casos, com as intervenções que eram necessárias. Algumas são intervenções mesmo muito pequenas e nem para essas ainda veio resposta. Outras são intervenções maiores, quase a reabilitação da casa toda. Este programa sofreu pelo facto de estar em execução e, entretanto, ter caído o Governo. O Governo que iniciou funções entendeu que devia fazer uma remodelação na equipa do IHRU, e, isso suscitou todos estes atrasos. Só agora é que começam a chegar, e a conta gotas, decisões de aprovação. Só agora, com as decisões de aprovação, é que se podem iniciar as intervenções. Portanto, tal e qual como disse, para Montalegre, nestes casos, foram aprovados três casos. Um em Salto, um em Ormeche e em Montalegre. Para finalizar, para as pessoas que dizem que não vivem da política, se não já tinham ido embora, diz o seguinte, pois o vencimento que tem na Câmara é mais ou menos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

semelhante àquele que tem na sua formação: há pessoas que entendem que têm alguma coisa a dar aos outros, e querem servir, porque, assumem trabalhar fora de horas, sem receber horas extraordinárias, não têm fins de semana, as férias são muito, muito diminutas, portanto, não gozam as férias todas, mas, mesmo assim, entendem que vale a pena porque é uma missão. É importante fazer pelos outros e pela nossa terra.

Posta à votação a proposta de “Voto de Pesar” pelo falecimento do Dr. António Gonçalves da Cruz, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Posta à votação a proposta de “Voto de Pesar” pelo falecimento do Sr. Augusto Alves Pereira de Medeiros, a mesma foi aprovada por unanimidade.

2- Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata n.º 2 da sessão ordinária do dia 29 de abril, do ano 2025.

A ata da sessão ordinária do dia 29 de abril de 2025 foi posta à consideração, não tendo havido quaisquer reparos.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções dos deputados Ana Maria Martins e António Cascais, por não terem estado presentes na referida sessão.

2.2 – Celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências para as Juntas de freguesia de Cabril, Chã, Covelo do Gerês, Ferral, Gralhas, Morgade, Negrões, Outeiro, Pitões das Júnias, Reigoso, Salto, Santo André, Sarraquinhos, Solveira, Tourém, UF de Cambeses, Donões e Mourilhe, UF de Meixedo e Padornelos, UF de Montalegre e Padroso, UF de Paradela, Contim e Fiães, UF de Sezelhe e Covelães, UF de Venda Nova e Pondras, UF de Vilar de Perdizes e Meixide, UF de Viade de Baixo, Fervidelas e Vila da Ponte – Aprovação.

A Senhora Presidente da Câmara informou que administrativamente é o mecanismo para financiar as Juntas de Freguesia, as quais ficam com a responsabilidade de suportar as limpezas de bermas, praças e ruas nas respetivas freguesias. Informou ainda que as bermas das estradas ainda não estão limpas porque são feitas por sapadores florestais, as quais estão neste momento ao serviço do ICNF devido às condições do tempo. Tem que se esperar que o nível de alerta baixe para se poder começar a fazer essas intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.3. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.4. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, para a realização do Projeto Cultural Intitulado "Teatro de Futuros: Uma Ponte para (Re) Conectar Gerações" – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura e Aníbal Ferreira.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Relativamente a esta proposta, o PSD abstêm-se em relação a este pedido de apoio financeiro de 20.000 euros pela Junta de freguesia de Ferral pelos seguintes motivos:

1. Falta de Transparência e Informação – A proposta não apresenta detalhes suficientes sobre o projeto (ex.: sinopse, relevância cultural, público-alvo, histórico da companhia), impossibilitando uma avaliação criteriosa do seu mérito e impacto.
2. Valor Avultado sem Justificação – O montante de 20.000€ não é acompanhado por um orçamento discriminado (cenografia, remunerações, divulgação), levantando dúvidas sobre a proporcionalidade e necessidade do investimento.
3. Critérios de Atribuição Obscuros – Não estão claros os parâmetros usados para selecionar este projeto em detrimento de outros, como o festival de teatro aqui na vila de Montalegre, especialmente em contextos de escassez de recursos para a cultura.
4. Responsabilidade Fiscal – Num cenário de restrições orçamentais, é imperativo garantir que fundos públicos sejam aplicados em iniciativas com comprovado retorno cultural e social, algo não demonstrado nesta proposta.

Embora não sejamos contra o projeto em causa, uma vez que defendemos uma cultura ativa, participativa e comunitária, a nossa abstenção reflete a impossibilidade de aprovar um apoio desta magnitude sem informações essenciais que garantam transparência, equidade e eficácia no uso do dinheiro público. Assinado, o deputado José João Moura."

O deputado Aníbal Ferreira disse que não era para intervir porque pensou que não houvesse essa necessidade. Pensa que falar da Ponte da Misarela e da cultura que ela envolve que não exige grandes explicações. Estes trabalhos e este financiamento que a Junta de Freguesia pediu à Câmara Municipal, os quais agradeceu, trata-se de um projeto importantíssimo e explicou porquê. As Senhorinhas e os Gervásios, que são os filhos da Misarela, cada vez são menos. Fazer a recolha dos testemunhos desses é para nós fundamental para garantirmos que quem nos segue, as gerações vindouras, possam ter acesso a essa informação que não são lendas, são fatos históricos. É um trabalho que está a ser realizado, ou foi realizado, está em fase de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

conclusão e a todos já convido para no dia 5 estarem presentes e para conhecerem. Portanto, é um trabalho de registro dessas memórias, dessas pessoas, feito por profissionais altamente qualificados, como é o caso do fotojornalista David Araújo e a recolha dos testemunhos foi feita pela Maria José Afonso. Com uma direção artística fantástica, tem o reconhecimento da Academia que fez este trabalho, não sei se o deputado José João Moura não acompanha muito a cultura, é uma entidade de referência no Distrito de Braga e a Câmara de Braga recorre frequentemente a essa Academia para desenvolver tudo o que são atividades. Será um momento muito importante na nossa cultura, na nossa identidade e convido todos a irem ver. O trabalho envolve a criação de uma galeria digital com todos esses testemunhos, vamos poder ouvir as próprias Senhorinhas e os próprios Gervásios, uma mãe de uma Senhorinha e o padrinho de um Gervásio. Portanto, é um trabalho fantástico e parabéns à Câmara Municipal, mas muitos parabéns por esta aposta na cultura. O reforço da nossa identidade é sem dúvida o caminho que temos de seguir, porque o nosso território é isto, é gente, é cultura e, no caso da Misarela, é vida.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções dos deputados José João Moura, António Cascais, Alívio de Freitas, Acácio Gonçalves, Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves e José Acácio Gonçalves.

2.5. Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Vila da Ponte, para executar as obras no Edifício da Escola Primária, na Aldeia de Bustelo – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.6. Estratégia Municipal de Saúde de Montalegre 2025-2030 – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Alberto Fernandes.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Secretários da Mesa, Senhores Vereadores, caros colegas: queria aqui louvar a preocupação da Câmara Municipal pela melhoria das condições de saúde das nossas populações com a elaboração deste documento, bem como, o recente Regulamento de Apoio aos médicos e a contratação de mais uma médica para o concelho, as obras de recuperação e alargamento dos Centros de Saúde de Montalegre e Salto, mesmo se sabendo que a obra do Centro de Saúde de Salto vai pela terceira vez a concurso pois fica deserto. Esperamos que apareçam interessados na obra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

É de aprovar este documento. Obrigado, Senhora Presidente. Tenho dito. Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes.”

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.7. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2025. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.8. 3ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – Ano 2025, alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, alteração Modificativa ao Orçamento da despesa, alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Alberto Fernandes.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “É este o maior orçamento de todos os anos da Câmara Municipal de Montalegre. São muitos milhões de euros que vão ser investidos na nossa terra. Muitas obras para o concelho e graças à boa situação financeira da autarquia. Com isto pode candidatar-se a inúmeras obras dos fundos comunitários.

Há obras estruturantes para o nosso concelho que estão a chegar e há muito tempo são esperadas. E quero aqui lembrar algumas da minha freguesia: o pavilhão multiusos, a creche, a ampliação do posto médico, o Parque Torrão da Veiga e o canil municipal.

E já agora, como está a execução dos fundos comunitários? Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes.”

A Senhora Presidente da Câmara disse que concorda com o deputado Alberto Fernandes pois trata-se mesmo do maior orçamento de todos os tempos e isso tem uma explicação. É que no quadro comunitário anterior, como não havia a obrigatoriedade da execução num espaço de tempo tão curto, os grandes projetos puderam ser distribuídos pelos anos desse quadro. Não é o caso de agora, porque há uma norma que obriga a execução de 30% até final de setembro de 2025 e, portanto, isto é uma urgência, 30% destes projetos têm de estar executados até ao final de setembro por imperativo do quadro comunitário. Também, como sabem, os avisos foram sendo lançados desde o final de 2024 e até o início de 2025 e honra-me muito dizer, e dou os parabéns ao nosso gabinete do empreendedorismo, onde trabalha o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Dr. Fernando Moura, que é ele o responsável pelos fundos comunitários, pela excelência com que trabalhou e desenvolveu este dossier, porque, deixo a informação, o município de Montalegre é o único que tem as candidaturas todas submetidas e aprovadas. Só há dois termos de aceitação que falta receber e os termos de aceitação vêm da CCDR, da Autoridade de Gestão. Temos diferentes projetos alocados aos fundos comunitários, uns ao Fundo Social Europeu, outros ao FEDER e outros ao PRR. Ativos na Inclusão é um projeto que está a andar; a ampliação e os arranjos exteriores da Escola de Cabril, está concluída; o espaço de reservas da Casa do Capitão vamos agora consignar a obra para se iniciar a obra, Educar para o Futuro, que também é um projeto do Fundo Social, está a andar, o Parque Urbano do Castelo falta um parecer da cultura; para o Pavilhão Gimnodesportivo de Montalegre, o concurso ficou deserto, aliás, já dois concursos ficaram desertos, está-se a iniciar novo concurso; o Campo de Futebol de Montalegre, o concurso está a decorrer; o Centro Escolar de Montalegre, vai haver agora a consignação para se começar, o mesmo acontece com Multiusos de Montalegre; os passeios na sede do concelho e a Zona Histórica estão a andar, como já viram; para o Centro de Recursos vai ser lançado concurso; Município para Todos, que também é um projeto do Fundo Social Europeu, está a andar; para as águas e saneamento a Parafita e a Padornelos, vamos lançar concurso; as águas ao Barracão, está a decorrer a obra; TIC ao serviço dos Cidadãos e Empresas, o concurso está a decorrer; a Reconversão de Central de Camionagem, também vai à próxima reunião de Câmara, para depois se lançar o concurso; o Estádio Municipal de Salto vai a consignação agora no início de julho, para se começar; a Recolha de Resíduos, também vai ser começado agora; os equipamentos para a Proteção Civil está adjudicado e estão a dotar viaturas das condições que as Corporações querem; e o Centro de Estudos da Medicina Popular e do Misticismo também está pronto para ser lançado o concurso, agora no início do mês. São muitos projetos, são muitos milhões de euros tudo somado, é evidente que isso depois repercute-se no orçamento.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.9. Relatório & Contas Consolidadas ano 2024 – apreciação e votação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “A apreciação que os deputados do PSD fazem do Relatório de contas consolidadas referentes ao ano de 2024 é, tal como afirmamos na anterior assembleia, uma diminuição no investimento, o que revela uma incapacidade de execução preocupante, uma vez que em 2024 as receitas efetivas totalizam 31,85 M€ (o mais alto de sempre) e as despesas ascendem a apenas 24,31 M€ (com um saldo da gerência de 7,53 M€). O PSD, sobre esta questão, sempre defendeu, que a Câmara Municipal devia ter feito um esforço muito maior de apoio às pessoas em nome individual, aos agricultores, aos empresários e comerciantes, e na verdade, constatamos aquando da análise ao plano de atividades municipal e ao Plano de investimentos, que o executivo optou por cortar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ao nível do PAM mais de 2,12 milhões de euros e a nível de PPI 4,17 milhões de euros, particularmente nas funções sociais. Ou seja, esta Câmara executou apenas 58,29% do Plano Plurianual de Investimentos, o que fica muito aquém das necessidades profundas do nosso concelho, principalmente na maioria das freguesias. Sendo assim e após a apreciação crítica sobre o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, abstêm-se na apreciação e votação do Relatório de Contas Consolidadas de 2024. Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

Deliberação: Aprovado por maioria com nove abstenções dos deputados José João Moura, Manuel Carrelo, António Cascais, Alívio de Freitas, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, Manuel Rebelo, Sandra Gonçalves e José Acácio Gonçalves.

2.10. Relatório de Contas das Empresas Participadas não Societárias – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.11. Relatório de Contas das Empresas Participadas Societárias – conhecimento.

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Após a Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta da ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e, não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinas

O 2º Secretário

Maria de Fátima Crespo